

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 622 - Brasília, quarta-feira, 21 de janeiro de 1998



A Comissão de Educação promoveu prolongado debate sobre emendas ao projeto de lei que trata da propriedade intelectual dos programas de computador

Planos de saúde entram em debate

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, garantiu a representantes de médicos e consumidores, contrários à proposta de regulamentação dos planos de saúde que consta da pauta da convocação, que a Casa "não vai ter pressa para fazer errado", e poderá deixar de votar o projeto, se ficar provado que ele não atende aos interesses da sociedade. **Página 8**

Comissão aprova o projeto sobre software

Plenário concede urgência para a proposta, o que permitirá a sua apreciação na sessão de amanhã

A Comissão de Educação do Senado, presidida pelo senador Artur da Távola, concluiu ontem a votação do projeto de lei que regula a proteção da propriedade intelectual de programa de computador. Foram rejeitadas 20 das 37 emendas apresentadas pelo

senador Roberto Requião, relator da proposta. Grande parte das 17 emendas acolhidas é de redação. No final da tarde, o plenário aprovou urgência para o projeto, permitindo que ele seja votado amanhã pelos senadores. **Página 4**

Combate à pobreza no campo terá recursos

Milhares de famílias que vivem no campo em quase todos os municípios do Maranhão serão beneficiadas com a decisão do Senado de autorizar o governo do estado a tomar um empréstimo de US\$ 80 milhões do Banco Mundial para custear o Programa de Combate à Pobreza Rural. O programa financiará obras de eletrificação rural, construção de açudes e implantação de pequenas indústrias comunitárias. **Página 3**

O plenário do Senado também aprovou transferência de recursos do governo federal para o governo do Ceará



Mauro: é absurdo adiar novo Código de Trânsito

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) fez ontem um apelo ao ministro da Justiça, Iris Rezende, para que o Código de Trânsito seja posto em vigência no próximo dia 23, como anunciado pelo Departamento Nacional de Trânsito, sem qualquer adiamento.

- Para uma sociedade que viveu tantos anos o trauma do genocídio de 600 mil vítimas, é absurda e inexplicável a proposta de adiamento da vigência do novo código. Vamos viver juntos esse reaprendizado, como nação civilizada que precisa do trânsito para se locomover e crescer em paz, sem as estatísticas sinistras da morte - disse.

Mauro Miranda elogiou a cobertura dada pelos meios de comunicação, por popularizarem as novas regras de convivência no trânsito e realizarem um trabalho de conscientização sobre a necessidade de eliminar a impunidade e punir com rigor "os pe-



Mauro: trânsito civilizado

gas, os excessos de velocidade, o desrespeito pelo pedestre, a direção inabilitada e o alcoolismo sobre rodas".

O senador salientou que o atual código foi aprovado há 32 anos, quando as cidades e estradas comportavam a circulação de apenas dois milhões de veículos. Hoje, observou, o país tem uma frota de cerca de 30 milhões de veículos, os congestionamentos não se limitam às áreas metropolitanas e já integram o cotidiano de cidades médias, "e a legislação do trânsito não acompanhou, sequer de lon-

ge, os efeitos caóticos dessa nova realidade".

O novo código é duro e implacável no objetivo de conter os abusos no trânsito, reconheceu o senador. No entanto, por ter participado da comissão especial que elaborou o substitutivo finalmente aprovado, Mauro Miranda está convencido de que o código "reflete o consenso de toda a opinião pública brasileira". A seu ver, o longo período de audiências públicas, com o envolvimento dos Debrans estaduais, juristas e técnicos especializados, tornou o código um dos documentos mais exaustivamente discutidos na história do Legislativo.

Entre os pontos positivos das novas normas, Mauro Miranda destacou o estágio probatório de um ano para a obtenção da carteira definitiva - "um vestibular educativo" - e os poderes assumidos pelo município na fiscalização, planejamento, operação do trânsito e recolhimento de multas.



A comissão também se manifestou sobre visita do papa a Cuba

Incentivo ao turismo com Hungria é aprovado na CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), aprovou na tarde de ontem, por unanimidade, o texto do acordo de cooperação entre o Brasil e a Hungria na área de turismo, visando estimular as viagens entre os dois países e facilitar o desenvolvimento das relações entre as organizações turísticas de ambas as partes. A matéria foi relatada pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que acatou a solicitação da senadora Emília Fernandes (PDT-RS) incluindo um parágrafo de combate ao turismo sexual.

Foi aprovado, também, o requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e assinado por 69 senadores, de envio de votos de êxito ao papa João Paulo II e ao presidente cubano Fidel Castro, em função da histórica visita do papa a Cuba (veja matéria na página 7). O senador Artur da Távola

(PSDB-RJ) relatou favoravelmente a matéria. O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) disse tratar-se de "uma lição de humanismo embaçada na grande cultura do senador Artur da Távola" o pronunciamento do relator.

Ficou para uma próxima reunião da comissão a decisão sobre os projetos de decreto legislativo que aprovam os textos da convenção relativa à proteção das crianças e do acordo com a França sobre segurança pública. Este último recebeu pedido de vista da senadora Benedita da Silva (PT-RJ).

Participaram ainda dos debates os senadores Abdias Nascimento (PDT-RJ), Eduardo Suplicy, Bello Parga (PFL-MA), Leonel Paiva (PFL-DF), Otoniel Machado (PMDB-GO), Lúdio Coelho (PSDB-MS), José Agripino (PFL-RN) e Carlos Wilson (PSDB-PE).

Tratamento especial para militar em discussão

O plenário começa a discutir hoje, em segundo turno, a emenda constitucional que estabelece regime especial para os servidores militares, diferenciando-os dos funcionários públicos civis. A emenda

permite, entre outras coisas, que os servidores militares tenham reajustes de salários diferentes dos aumentos concedidos aos funcionários civis.

A proposta foi votada em primeiro turno no último

dia 13. Ela ficará em discussão durante três dias, devendo ser votada na próxima terça-feira. Se aprovada, será promulgada imediatamente pelos presidentes do Senado e da Câmara.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

11h - Recebe o presidente da Transbrasil, Omar Fontana

12h - Participa da cerimônia de sanção da lei sobre contrato de trabalho por prazo determinado. *Sala do Leste do 2º andar do Palácio do Planalto*

15h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
Pauta: Primeiro dia de discussão em segundo turno da PEC nº 39/97, que dispõe sobre o regime constitucional dos militares

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: *PLC nº 47/96, que altera a Lei nº 7.565/86, para incluir hipótese de destruição de aeronave; e *PLS nº 101/96, que autoriza o Poder Executivo a

criar a Região Administrativa Metropolitana do Distrito Federal e Entorno e a instituir o Fundo Complementar de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: *PLC nº 100/96, que dispõe sobre o serviço voluntário; *PLC nº 31/97, que revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43; e *PLS nº 156/97, que altera a redação do parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quinta-feira (22.01.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Segundo dia de discussão em segundo turno da PEC nº 39/97, que dispõe sobre o regime constitucional dos militares

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Programa financia obras de eletrificação rural, construção de açudes e implantação de pequenas indústrias comunitárias, beneficiando milhares de famílias que vivem no campo em quase todos os municípios do Maranhão

Senado autoriza crédito para combate à pobreza

O plenário do Senado autorizou ontem o governo do Maranhão a tomar um empréstimo de US\$ 80 milhões do Banco Mundial para custear o Programa de Combate à Pobreza Rural, que beneficiará milhares de famílias que vivem no campo em quase todos os municípios maranhenses. O programa financiará obras de eletrificação rural, construção de açudes e implantação de pequenas indústrias comunitárias.

"Este é um projeto destinado a melhorar a renda e as condi-

ções de vida das famílias pobres do interior do Maranhão", afirmou o senador Edison Lobão (PFL-MA). Já o senador Bello Parga (PFL-MA) destacou que a governadora do estado, Roseana Sarney, procurou uma alternativa para continuar o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, do governo federal, que até o final de 1996 também repassava dinheiro do Banco Mundial.

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) observou que esse é um dos programas mais im-

portantes para reduzir a pobreza no Brasil e, em breve, a Paraíba também pedirá ao Senado para tomar empréstimo externo com o mesmo objetivo. O pro-

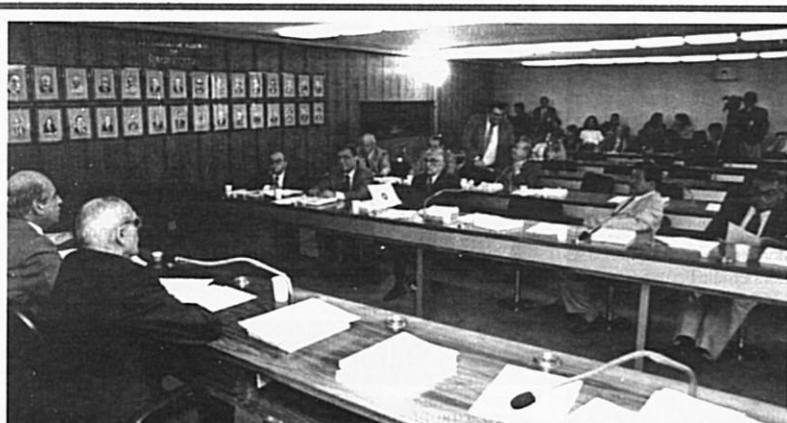
Programa de reformas de Mato Grosso, que inclui privatização, também ganha recursos, com a elevação do limite de endividamento

grama de reformas de Mato Grosso prevê a extinção do banco do estado, fechamento de estatais, privatização da companhia de eletricidade e

para bancar seu programa de reformas. A proposta teve parecer favorável do relator, senador Gerson Camata (PMDB-ES). O

programa de reformas de Mato Grosso prevê a extinção do banco do estado, fechamento de estatais, privatização da companhia de eletricidade e

municipalização e privatização de serviços de água e esgotos. Outros dois projetos aprovados pelos senadores na tarde de ontem autorizaram a prefeitura de Sobral (CE) a tomar empréstimos na CEF e no Banco do Estado do Ceará, no valor total de R\$ 2,6 milhões, para obras de urbanização, saneamento, habitação popular e pavimentação nos bairros de Padre Palhano e Alto de Brasília. Os projetos foram relatados favoravelmente pelo senador Waldeck Ornelas.



Além do Rio de Janeiro, a CAE também apreciou pedidos de empréstimos para Goiás e Mato Grosso do Sul

CAE dá parecer favorável a empréstimo para o Rio

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em reunião presidida pelo senador Bello Parga (PFL-MA), aprovou ontem parecer favorável à solicitação do governo do Rio de Janeiro para contratar operação de crédito externo junto ao Banco Mundial, no valor de 250 milhões de dólares, destinados ao financiamento do Programa de Reforma do Estado. A matéria foi relatada pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

De acordo com o relator, o programa do governo fluminense pretende promover profundas alterações na estrutura estadual, dando prioridade às

atividades básicas do setor público, como educação, saúde, saneamento, segurança e infra-estrutura.

A CAE aprovou também parecer favorável do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) à solicitação do governo de Goiás para emitir Letras Financeiras do Tesouro do estado destinadas ao giro da dívida mobiliária vencível no primeiro semestre deste ano. A proposta será submetida ao plenário amanhã, conforme requerimento de urgência aprovado pelos senadores, na sessão plenária de ontem.

Na mesma reunião, a comissão acolheu ainda parecer fa-

vorável à solicitação do governo de Mato Grosso do Sul para contratar operação de crédito junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), no valor de 13,4 milhões de dólares, destinados ao financiamento parcial da construção de uma ponte sobre o rio Paraguai, no trecho Miranda-Corumbá. O relator da matéria foi o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Na sessão do plenário, à tarde, também foi aprovado requerimento, assinado pelos líderes, para que o projeto tenha tramitação em regime de urgência, para que seja votado já amanhã.

União pagará salários dos metroviários de Fortaleza até 2001

O plenário do Senado concordou ontem que o governo federal pague os salários e encargos sociais dos 411 funcionários da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (Metrofor) a partir de agora até dezembro do ano 2001, num gasto anual de R\$ 11 milhões. Esta foi a fórmula encontrada para que o governo do Ceará assuma o controle do sistema de trens de Fortaleza, até então uma responsabilidade do governo federal.

A transferência faz parte do programa federal de transferir aos estados de todos os serviços de transportes coletivos até então sob controle da União. Como esses serviços geralmente são deficitários, o governo federal acertou com os estados que bancará o pagamento de pessoal até que sejam concluídos programas de ampliação e modernização dos sistemas, o que permitirá

o seu equilíbrio financeiro. Na semana passada, o Senado aprovou projeto idêntico sobre os trens metropolitanos do Recife.

Para viabilizar a transferência, a União tomou um empréstimo com o Eximbank, no valor de US\$ 268 milhões, para ampliação e modernização do sistema de Fortaleza. O governo federal se comprometeu também a analisar a possibilidade de uma captação adicional de US\$ 85 milhões, os quais permitirão à Metrofor transportar 350 mil passageiros por dia, daqui a quatro anos.

O projeto recebeu pareceres favoráveis dos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e Jonas Pinheiro (PFL-MT), na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Lúcio Alcântara: parecer na CCJ



Jonas: voto favorável na CAE

Com base em destaques apresentados pelo senador Waldeck Ornelas, Comissão de Educação rejeita 20 emendas do relator; senador Roberto Requião, que se retira da reunião em protesto

Propriedade intelectual de software vai a plenário

A Comissão de Educação (CE) rejeitou ontem 20 das 37 emendas apresentadas pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) ao projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, concluindo a votação da matéria. No final do dia, o plenário aprovou urgência para o projeto, permitindo que ele seja votado amanhã pelos senadores.

Requião, relator do projeto, deixou a sala da comissão em sinal de protesto após a rejeição da primeira das 20 emendas, que pretendia "retirar da lei a inclusão da propriedade intelectual sobre programa de computador no tratamento conferido às obras literárias pela legislação de direitos autorais e conexos".

Ao defender essa primeira emenda destacada pelo senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) para rejeição, o relator lembrou que o Senado prepara-se para votar projeto alterando a legislação do direito autoral, e sustentou que a lei sobre *software* deveria ser a disciplinadora da matéria. Derrotada sua posição, Requião anunciou que deixaria a reunião por considerar que não tinha qualquer sentido continuar analisando uma lei de *software* que seria regulada pela lei de direito autoral.

O presidente da comissão, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), fez um apelo ao relator para que permanecesse na reunião, afirmando que "nenhuma oposição é inútil" e destacando a importância de Requião continuar apresentando seus argumentos em favor das outras 19 emendas. Mas o relator manteve sua posição, após lembrar ter estudado a matéria durante seis meses, com a assessoria de uma equipe altamente qualificada, e ter consultado empresários e usuários.

- Aqui, a votação está disciplinada pela base governista - protestou.

Pouco depois de Roberto Requião ter deixado a sala da reunião, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relator da



A reunião em que foi discutida a nova lei do *software*

matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), afirmou que "o projeto não tem uma característica imperiosa, não é a vontade de uma pessoa ou grupo que quer se impor". Ele afirmou ter ouvido as mais diferentes entidades de usuários e de produtores de *software*, disse que o projeto reforçou os direitos do consumidor e que as propostas de Requião partiam de uma premissa "ab-

solutamente antagônica aos compromissos que o Brasil assumiu junto à comunidade internacional".

A votação das demais emendas prosseguiu, sempre precedida por uma breve fala do senador Waldeck - justificando a razão de querer rejeitar as propostas do relator - e sem a intervenção de qualquer outro senador. Ao final da votação, a senadora Emília Fernandes (PDT-

RS) lamentou a ausência de um debate maior sobre o projeto na Comissão de Educação, lembrando a importância do tema, suas repercussões e alcance. Disse que "a concepção do governo se sobrepôs a um trabalho feito em seis meses" e que, na maioria das votações, o "rolo compressor" do governo é acionado.

A opinião da senadora foi contestada pelo próprio Waldeck

e pelo líder do governo no Senado, Elcio Alves (PFL-ES), que destacaram que a matéria havia sido suficientemente debatida. Também se manifestaram contrários às críticas de Emília Fernandes o líder do PSDB, senador Sérgio Machado (CE), que atribuiu a ausência de contraditório à oposição, e os senadores Leonel Paiva (PFL-DF), Lúcio Alcântara e Romeu Tuma (PFL-SP).

Principais itens da lei aprovada na comissão

O parecer aprovado pela Comissão de Educação é favorável ao projeto de lei da Câmara que trata da propriedade intelectual de programa de computador e de sua comercialização no país, e a 17 das 37 emendas apresentadas pelo relator, senador Roberto Requião. Grande parte das emendas acolhidas é de redação.

De acordo com o texto aprovado, o regime de proteção à propriedade intelectual de programa de computador é o conferido às obras literárias pela legislação de direitos autorais e conexos vigentes no país. Não se aplicam aos programas de computador as disposições relativas aos direitos morais, ressalvado, a qualquer tempo, o direito do autor de reivindicar a paternidade do programa e o seu direito de opor-se a alterações não autorizadas, "quando estas impliquem deformação,

mutação ou outra modificação do programa de computador que prejudiquem a sua honra ou a sua reputação".

O texto assegura a tutela dos direitos relativos a programa de computador pelo prazo de 50 anos e a proteção aos direitos nele prevista, independentemente de registro. Os direitos ficam assegurados aos estrangeiros

O software criado por um empregado ou servidor pertencerá a ele, desde que não tenha utilizado equipamento da empresa onde atua

domiciliados no exterior, desde que o país de origem do programa conceda, aos brasileiros e estrangeiros domiciliados no Brasil, direitos equivalentes.

Ainda segundo o que foi aprovado pela Comissão de Educação, inclui-se entre os direitos assegurados pela lei do *software* e pela legislação de direitos autorais o direito exclusivo de

autorizar ou proibir o aluguel comercial. O texto admite a possibilidade de os programas de computador serem registrados em órgão ou entidade a ser designado por ato do Executivo.

Pelo projeto, fica garantido ao empregador, contratante de serviços ou órgão público os direitos relativos a programa elaborado durante a vigência de contrato ou de vínculo estatutário, destinado à pesquisa e ao desenvolvimento ou em que a atividade do empregado, contratado ou servidor seja tratada ou de vínculo estatutário, destinado à pesquisa e ao desenvolvimento ou em que a atividade do empregado, contratado ou servidor seja prevista, ou ainda que decorra da própria natureza dos encargos relativos a tais vínculos.

Mas estabelece que pertencerão ao empregado, contratado ou servidor os direitos relativos a programa de computador gerado sem relação com o contrato de trabalho, prestação de serviços ou vínculo estatutário, e sem a utilização de recur-

sos, informações tecnológicas, segredos industriais e de negócios, materiais, instalações ou equipamentos do empregador, empresa ou entidade.

O texto trata ainda dos casos em que não há ofensa aos direitos do titular de programa de computador; dispõe sobre as garantias aos usuários; estabelece sanções e penalidades para quem violar direitos de autor de programa de computador; e disciplina os atos e contratos de licença de direitos de comercialização referentes a programas de computador de origem externa. Prevê também que, nos casos de transferência de tecnologia de programa de computador, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial fará o registro dos respectivos contratos, para que produzam efeitos em relação a terceiros.



O parecer do senador Sérgio Machado é pela aprovação do projeto

Radiodifusão Comunitária será votada dia 27 na CE

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) apresentou ontem, na Comissão de Educação (CE), seu parecer favorável ao projeto de lei da Câmara que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O relator rejeitou as oito emendas apresentadas, todas de autoria da senadora Benedita da Silva (PT-RJ). O presidente da comissão, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), concedeu vista coletiva ao projeto por cinco dias e marcou a votação da matéria para a próxima terça-feira, dia 27.

Tuma pede pressa na aprovação para corrigir distorções existentes na legislação em vigor

participação bem aceito pelas comunidades".

O relator reportou-se, também, às palavras do ministro das Comunicações, Sérgio Motta, na exposição de motivos que acompanha o projeto: "É inegável a importância do papel que uma estação de radiodifusão da modalidade ora proposta desempenhará na sociedade. Será através dela que membros de uma comunidade poderão conscientizar-se de suas próprias carências e recursos, necessidades e capacidades".

Sérgio Machado assinalou que esse serviço de radiodifusão está sendo concebido para transmissão em frequência modulada, em razão de os custos de implantação serem mais atrativos e de fácil operação por entidades que não tenham como finalidade atuar em escala comercial.

A potência e a altura dos sistemas irradiantes deverão ser limitadas a um máximo de 25 watts ERP e 30 metros, a fim de possibilitar a instalação de maior número de estações e evitar interferências das demais emissoras. Segundo Sérgio Machado, as rádios sem controle público vêm causando interferências nas frequências das aeronaves quando em procedimento de descida ou subida, aumentando o grau de risco dessas operações. O projeto também estabelece que, tendo em vista o congestionamento de espectro de radiofrequências, o número de canais está sendo limitado a um, específico para o Serviço de Radiodifusão Comunitária, podendo, em casos excepcionais, ser indicado um canal alternativo.

Além do líder do governo, senador Elcio Alvares (PFL-ES), o senador Romeu Tuma (PFL-SP) fez um apelo aos membros da CE para que a matéria seja votada sem demora. Ele lembrou que, em face da omissão da legislação em vigor no que se refere à radiodifusão comunitária, a Polícia Federal tem sido chamada para fechar algumas rádios clandestinas, extrapolando suas funções. "Isso tudo será evitado com a aprovação da matéria", observou Tuma.

Em seu parecer, o relator ressaltou que o Serviço de Radiodifusão Comunitária não terá objetivo comercial. Mostrando ponto de vista semelhante ao do relator da matéria na Câmara, Sérgio Machado disse que "a surpreendente proliferação das rádios comunitárias demonstra que elas são um canal de debate e de

Formação do bloco, alerta senador, representa uma reação das forças produtivas contra o tratamento dispensado à região

Leonel apóia a proposta de criação do Mercoeste

A proposta de criação do Mercado Comum do Oeste brasileiro (Mercoeste) foi defendida ontem pelo senador Leonel Paiva (PFL-DF), para quem a formação desse bloco "representa uma reação das classes produtivas regionais contra o descaso com que a região está sendo tratada nos últimos anos".

Conforme explicou, o Mercoeste, que seria integrado por Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal,



Leonel Paiva: crescimento regional Tocantins, Acre e Rondônia, teria como objetivo principal o de defender, junto ao governo fede-

ral, a definição de uma política de desenvolvimento regional.

- Desde que o ex-presidente Collor extinguiu a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, ficamos totalmente órfãos. Diante desse quadro, as forças empresariais e políticas do Oeste brasileiro resolveram agir, criando o Mercoeste, para mostrar ao país, e também ao mundo, que podemos contribuir para o desenvolvimento nacional - disse.

Amorim defende uma política de turismo mais abrangente

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) disse ontem que a Embratur "só se faz presente no Nordeste e Sudeste", e reivindicou uma política nacional de turismo para o país que não se limite à região litorânea.

- A política nacional de turismo é o instrumento governamental que deveria nortear o desenvolvimento do turismo, não só no aspecto econômico, mas favorecendo a diminuição das desigualdades regionais, a geração de empregos e renda e a integração ao mercado de trabalho de um contingente populacional de baixa qualificação profissional, através

da execução de atividades correlatas - observou.

Em aparte, o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) ponderou que as ações da Embratur, presidida por Caio de Carvalho, são de apoio e estímulo às iniciativas dos próprios estados e municípios. "Se o Nordeste está explodindo com o turismo é porque há muitos anos a região faz investimentos nesse setor", explicou.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), por sua vez, disse que faltam incentivos para que os próprios brasileiros conheçam o Brasil e que uma simples redução no preço das pas-



Amorim: mais atenção ao Norte sagens aéreas terá impacto positivo. Também se manifestaram sobre o tema os senadores Lúdio Coelho (PSDB-MS); Carlos Wilson (PSDB-PE); Romeu Tuma (PFL-SP) e Esperidião Amin (PPB-SC).

Cabral acusa aviação de discriminar região Norte

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) informou ontem que, conforme ofício a ele dirigido pelo tenente-brigadeiro Masao Kawanami, diretor-geral do Departamento de Aviação Civil (DAC), "concluiu que a culpa pela não-redução dos preços das passagens aéreas para o Norte é das companhias aéreas". Apesar disso, o senador disse que talvez coubesse ao órgão interperlar essas companhias "para que elas esclareçam por que estão descumprindo por-



Cabral quer passagem mais barata do DAC".

No ofício, motivado por pronunciamento do senador feito na semana passada e lido na íntegra por ele, Masao Ka-

wanami assegura que, em portaria de 18 de dezembro passado, o DAC liberou descontos nas passagens aéreas dos vãos domésticos, mas sem discriminar nenhum estado ou região do país. Também são válidas para todo o território nacional, segundo o diretor do DAC, as medidas que permitam a livre negociação dos vãos charter e a redução das tarifas de infraestrutura aeroportuária para vãos promocionais.



Políticos prestigiam a solenidade de inauguração

Câmara inaugura TV e abre canal direto com população

A TV Câmara, que entrou no ar ontem, transmitiu mensagem do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que considera a aproximação entre povo e Parlamento - pela transmissão ao vivo dos trabalhos das duas Casas - como oportunidade inestimável de os eleitores fiscalizarem o Legislativo. Compareceram à solenidade de inauguração o 1º vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), e o senador José Sarney (PMDB-AP).

Um painel com 25 televisores

foi montado no Congresso para que os convidados pudessem ouvir as mensagens de Antonio Carlos, do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e do presidente do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello.

- O povo deve saber tudo o que aqui se passa. Isso já ocorria no Senado [a TV Senado está no ar desde fevereiro de 96] e agora vai acontecer na Câmara graças à iniciativa do presidente Michel Temer - destacou Antonio Carlos Magalhães.

CCJ vota o projeto de defesa do espaço aéreo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aprecia hoje, às 10h, o projeto de lei do Poder Executivo que permite, depois de esgotados os meios coercitivos legalmente previstos, a destruição de aeronaves classificadas como hostis que invadam o espaço aéreo brasileiro. O parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) é pela constitucionalidade da proposição e, caso seja aprovada, a matéria será devolvida à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para análise do mérito e encaminhamento à deliberação do plenário da Casa.

Durante a mesma reunião, a CCJ deverá votar o substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei com-



Romeu Tuma é pela aprovação

plementar do Senado que autoriza o Executivo a criar a Região Metropolitana do Distrito Federal. O projeto é de iniciativa dos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Iris Rezende (PMDB-GO), então no exercício do mandato e atual ministro da Justiça. O parecer do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) é favorável ao substitutivo.

Senador cumprimenta Ministério da Educação pelos "expressivos resultados" da segunda etapa de avaliação dos cursos superiores

Joel de Hollanda destaca a importância do Provão

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) afirmou ontem que os "ótimos" resultados da segunda etapa de avaliação dos cursos superiores consolidaram de vez o "Programa Provão" como um instrumento eficaz. O senador informou que o último Provão avaliou 822 cursos, número 33,4% superior ao verificado em 1996, quando do lançamento do programa.

Destacando que os parâmetros e resultados do Provão oferecem novas referências para a consolidação dos cursos que apresentaram bom desempenho, o senador afirma que cresceu o número de cursos avaliados em todo o país, ampliaram-se as áreas do conhecimento a serem examinadas, além de ter havido uma redução no percentual de alunos que entregam suas provas



Hollanda: avaliação positiva

em branco.

Hollanda lembrou que dados apresentados pelo Ministério da Educação confirmaram um aumento significativo do número de estudantes que se submeteram ao exame. Ele afirmou que, em 1997, compareceram às provas mais de 85 mil graduandos, correspondendo a um acréscimo de cerca de 54% em relação ao ano anterior. Ressaltou ainda que em 1997 o índice de provas

entregues em branco foi cinco vezes menor que em 1996. "Foram 2,2% contra os 11,69% de 96", disse.

O senador constatou que mesmo os cursos com desempenho insatisfatório passaram a dispor de critérios seguros para a correção das falhas em aspectos fundamentais, diretamente ligados ao processo de ensino-aprendizagem, às diretrizes curriculares, às condições de infra-estrutura e à atuação do corpo docente.

Hollanda elogiou ainda o ministro da Educação, Paulo Renato, pela coragem de instituir e de realizar este exame. Na opinião do senador, já não há mais como contestar a influência positiva do Provão na educação do país, "tão carente de profissionais competentes".

Jonas aponta distorções na legislação de cooperativismo

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) apresentará parecer favorável ao projeto que revoga dispositivo da CLT que proclama a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados, segundo afirmou ontem em plenário. A matéria será apreciada hoje pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Segundo Jonas Pinheiro, o texto da Lei nº 8.494, de 1994, "estabeleceu muito genericamente a prestação do trabalho cooperado, sem observar quaisquer limites ou pré-requisitos". A legislação, observou, determina que "qualquer que seja o ramo da atividade da sociedade cooperativista, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviço daquela".

Essa condição, de acordo com o senador, afronta os princípios consignados na legislação trabalhista, de maneira particular o dispositivo especí-

fico que caracteriza a condição de empregado e estabelece não só a condição, mas o vínculo empregatício.

- A origem dessas distorções e desvirtuamentos assenta-se na inexistência de dispositivos que contemplem, de maneira

vinculações empregatícias decorrentes, apresentará projeto de lei acrescentando capítulo específico sobre as cooperativas de trabalho à legislação que dispõe sobre a Política Nacional de Cooperativismo.

Baseado em dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o senador informou que existem no país cerca de mil cooperativas de trabalho, que, juntas, reúnem 152 mil associados e empregam 3,5 mil funcionários.

- Esses números por si só demonstram a importância e a abrangência das cooperativas de trabalho no Brasil e justificam a necessidade de uma legislação específica que as discipline e as normalize - frisou.

A CAS também apreciará, na reunião de hoje, parecer do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) a projeto de lei da Câmara que dispõe sobre atividades de serviço voluntário.

Senador antecipa voto favorável a projeto que acaba com o vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados

particularizada, na legislação específica que versa sobre a Política Nacional de Cooperativismo, as cooperativas de trabalho, com definição precisa dos princípios para seu enquadramento e da vinculação que teriam seus associados e os seus tomadores de serviços - explicou.

Jonas Pinheiro disse que, com o propósito de regulamentar as modalidades de cooperativas e as relações com seus tomadores de serviços e

Governo cubano sinaliza que respeitará liberdade de crença e João Paulo II reconhece a legitimidade da administração da ilha, destaca texto de requerimento a ser votado hoje

Senadores debatem visita do papa a Cuba

Ao examinar requerimento encabeçado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e assinado por 69 outros senadores, o plenário deve decidir hoje se envia ao papa João Paulo II e ao presidente cubano Fidel Castro votos de pleno êxito em função da histórica visita que o chefe da Igreja Católica realiza a Cuba. A Comissão de Relações Exteriores da Casa já aprovou o requerimento.

Os senadores entendem que a visita reveste-se de importância histórica para a humanidade e para as Américas e afirmam, no requerimento, que o governo cubano está dando um grande passo no sentido de demonstrar aos seus cidadãos que lhes será assegurado pleno respeito à liberdade de crença e de fé, "deixando para trás o tempo em que o Estado cubano



Suplicy: autor do requerimento

negava a existência de Deus". O texto também afirma que, com essa visita, João Paulo II reconhece a legitimidade do governo cubano, visto que não está indo lá para canonizar nem para condenar a revolução. E lembrando que o presidente Bill Clinton declarou que, se Cuba desse um sinal positivo, os Estados Unidos também poderiam dar um passo de

aproximação, o documento dos senadores diz que a visita papal representa "um sinal concreto".

No requerimento, os senadores dizem esperar que essa visita e as ações que ela vier a desencadear contribuam para que "Cuba possa ter condições de um pleno desenvolvimento econômico, social e político, com amplo avanço no que diz respeito à democracia e às garantias de direitos fundamentais da pessoa humana".

O requerimento pede ao governo brasileiro uma ação mais ativa no sentido de apoiar a aproximação dos Estados Unidos com Cuba. E exprime o desejo de que aquele país volte a integrar a Organização dos Estados Americanos, até porque os Estados Unidos não têm tido êxito em medidas como "bloqueios e sanções econômicas contra governos que não são do seu agrado".



Benedita: bloqueio é covardia

Benedita dá testemunho da realidade do sonho socialista

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) considerou ontem que a visita do papa João Paulo II a Cuba, a ser iniciada hoje, traz a esperança da extinção do bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos àquele país. "É covardia desejar que o bloqueio continue, pois ele tem impedido o desenvolvimento econômico de Cuba", disse.

Na opinião de Benedita, a visita do papa acaba com o mito de que não há liberdade religiosa em Cuba. "Existe o espírito cristão nos cubanos", afirmou a senadora, para quem João Paulo II terá a tarefa fundamental de pregar o Evangelho e estimular a religiosidade do povo cubano.

Cuba, sem dúvida, é um ilha maravilhosa e Fidel Castro, longe de ser uma pessoa carrancuda, é uma figura carismática e encantadora. Quem visitou Cuba, como eu, por duas vezes, viu o excelente trabalho na área de educação desenvolvido por Fidel - ponderou Benedita da Silva.

Em aparte, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) comentou que, na sua opinião, o bloqueio norte-americano a Cuba é um dos "menos inteligentes" praticados no mundo atualmente. Távola também apontou João Paulo II como o "papa mais político deste século".

O sonho da reintegração ao continente

Ao justificar o requerimento que deseja pleno êxito a Fidel Castro e ao papa João Paulo II, em razão da visita que este realiza a Cuba, o senador Eduardo Suplicy sugeriu que o ministro dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento (Pelé), aceite o convite que recebeu do governo cubano para visitar aquele país.

Levando em conta a grande consideração que os governantes e o povo dos Estados Unidos, como de outros países, têm por Pelé, Esportes poderá se tornar um catalisador da reaproximação de Cuba com os Estados Unidos, colaborando assim com os propósitos que Sua Santidade agora está expressando - argumentou Suplicy.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu que o presidente da República induza Pelé a fazer essa visi-

ta, por entender que, assim como a visita do papa, a do maior atleta do século terá um alto significado, chamando a atenção do mundo para Cuba. Ele lembrou que, por unanimidade, o Senado brasileiro já aprovou mais de uma moção contra o bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos, e explicou que essa atitude

"Pelé poderia visitar o país, para contribuir com a campanha contra o bloqueio econômico, que já se estende por mais de três décadas"

americana tem servido sobretudo para unir o povo em torno da figura de Fidel Castro.

"Que os Estados Unidos terminem este século terminando também com esta questão", pregou o senador, certo de que João Paulo II aproveitará a visita para também apelar contra o bloqueio. "E minha esperança é que ele seja

atendido pelo governo americano", afirmou Simon.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse que, nessa viagem, o papa promove um processo de globalização da fé, demonstrando respeito pela autodeterminação dos povos e pelo direito que todos têm de manter a liberdade de pensar e agir.

Ademir Andrade (PSB-PA) declarou esperar que essa visita faça as outras nações observarem a necessidade de respeito para com o povo cubano. Em sua opinião, "quando se diz que Cuba é uma grande ditadura está-se cometendo um grande erro". Ele disse que Fidel Castro conseguiu criar naquele país "um povo solidário, cheio de amor, e isso nenhum outro socialista conseguiu".

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) sobre os planos de saúde e a reforma administrativa

8h - Debate com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e o dr. Adolfo Rumpf, especialista em embriologia da Embrapa, sobre a clonagem humana

9h30 - Entrevista com o senador Ramez Tebet (reapresentação)

10h - Comissão de Assuntos Sociais - apreciação do projeto de lei que dispõe sobre o serviço voluntário

14h30 - Sessão plenária (vivo) Logo após - Comissão de Constituição e Justiça - apreciação do projeto de lei que autoriza o executivo a criar a Região Administrativa Metropolitana do Distrito Federal e Entorno

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

1h - Debate com o senador Lúcio Alcântara e o dr. Adolfo Rumpf (reapresentação)

2h - "Jornal da Amazônia"

2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - Sessão plenária (reapresentação)

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, instituições, especiais e o programa "Fala Cidadão".

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Em seguida - Música e informação

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária

Em seguida - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

0h - Retransmissão da sessão plenária

4h - Música e informação até as 7h30



Antonio Carlos Magalhães recebeu em seu gabinete entidades médicas e representantes da sociedade civil

O presidente do Senado recebe representantes de médicos e consumidores contrários à proposta e diz que a Casa "não vai ter pressa para fazer errado"

ACM abre espaço para rediscutir planos de saúde

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, assegurou ontem a representantes de médicos e consumidores, contrários à proposta de regulamentação dos planos de saúde que consta da pauta da convocação extraordinária, que a Casa "não vai ter pressa para fazer errado", e poderá deixar de votar o projeto, se ficar provado que ele não atende aos interesses da sociedade.

O projeto pode não ser votado na convocação, se chegarmos à conclusão de que não é o que o povo quer. Minha intenção é votar toda a pauta da convocação, mas não votaremos esse projeto só para poder dizer que esgotamos a pauta - afirmou.

O senador comprometeu-se a ouvir todos os setores interessados, inclusive os que estão a favor do projeto, na busca de "uma solução política que seja boa para o país". Assinalou, porém, que o Senado não pode inserir dispositivos novos na matéria porque o plenário resolveu considerar o projeto como originário da Casa, embora a versão aprovada pelos senadores tenha sido

substancialmente alterada pela Câmara. A partir dessa decisão, pelo Regimento só são admitidas emendas supressivas, e impedidos os acréscimos.

O Senado só tem o poder de suprimir, não tem o poder de modificar. Entretanto, se houver consciência de que a lei precisa ser alterada, não se apressará em votar, e procuraremos uma solução política que seja boa para o país - disse.

Senador comprometeu-se a ouvir todos os setores interessados na questão, em busca de uma solução que seja boa para o país

Antonio Carlos considerou a proposta que lhe foi apresentada na audiência - iniciar a tramitação de novo projeto que reúna consenso, e sobre a atual - "uma das idéias possíveis", mas ressaltou que é impossível tomar qualquer decisão imediata sobre esta alternativa.

O senador fez questão de assinalar que será impossível encontrar uma solução que atenda integralmente aos con-

sumidores, sem com isso arriscar a estabilidade econômica, e lembrou os números do déficit da Previdência, advertindo ainda que a busca de uma saída terá que visar algo "viável, dentro dos recursos que temos, senão o país quebra".

O presidente determinou que a documentação que lhe foi apresentada na audiência seja distribuída a todos os senadores e orientou a formação de uma comissão de cinco integrantes, apontada pelos dirigentes de associações de médicos e consumidores presentes à audiência, que eram cerca de cinquenta. A delegação permanecerá em Brasília nos próximos dias, acompanhando as negociações.

Compareceram à audiência representantes da Associação Médica Brasileira, Conselho Federal de Medicina, Conselho Nacional de Saúde, Federação Nacional dos Médicos, Sociedade Brasileira de Anestesiologia, Unimed, Instituto de Defesa do Consumidor, Procon e Ministério Público.

Rocha defende mais responsabilidade na análise da matéria

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) pediu ontem que o Senado adie a votação do projeto de lei regulamentando os planos e seguros de saúde. "Temos de discutir com mais profundidade e responsabilidade a matéria para termos melhores condições de analisar todos os aspectos dessa questão", disse.

Rocha, que é o relator da proposição na Casa, referiu-se a reunião no gabinete da presidência do Senado com representantes das entidades médicas e de defesa dos consumidores sobre o projeto. "Isso demonstra que a sociedade brasileira não está satisfeita com o texto aprovado na Câmara", afirmou.

O Senado deve dar uma resposta positiva à nação. Devemos elaborar uma lei eficaz, que garanta a viabilidade econômica das empresas de planos e seguros de saúde, mas que seja socialmente justa e respeite os direitos dos usuários - assinalou.

Segundo ele, está havendo dificuldades para obter o consen-



Rocha quer aprofundar discussão

so entre governo, oposição e o setor de planos e seguros de saúde sobre o projeto. "Já coloquei-me à disposição para superar divergências na busca de um entendimento", garantiu.

Por isso, faço um apelo aos senadores, aos partidos políticos, ao presidente Fernando Henrique Cardoso, ao ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, para que nós possamos encontrar um denominador comum que resolva essa questão - concluiu Sebastião Rocha.

Em aparte, o senador Odacir Soares (PTB-RO) apoiou o pronunciamento.

Patrocínio quer projeto mais adequado à realidade do país

Exibindo um manifesto elaborado por entidades de classe que repudiam o projeto de regulamentação dos planos de saúde, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) pediu ontem, em plenário, que os senadores reflitam sobre a iniciativa, que aguarda votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). "Deveríamos até apresentar outro projeto de lei, consentâneo com a realidade brasileira", defendeu.

Ele solicitou aos líderes que não requeiram urgência para a votação, a fim de que possam melhor estudá-la. Afirmou que o projeto foi concebido de forma anômala - a iniciativa originou-se de um projeto do Senado com três artigos, de autoria do então senador Iram Saraiva, mas ao voltar da Câmara veio com mais



Patrocínio aposta em novo projeto

de 30 artigos, suscitando controvérsias. Patrocínio leu o manifesto intitulado "Saúde não é mercadoria", assinado por entidades de profissionais da saúde, órgãos de defesa do consumidor, usuários e operadores de planos de saúde. As entidades pedem o adiamento da votação "tendo em vista os prejuízos à sociedade que poderiam advir de sua aprovação".